

13ª Vara Federal de Curitiba sigilo de grampo em cela

O juiz Guilherme Roman Borges, da 13ª Vara Federal de Curitiba, ocultou todos os autos sobre o grampo ilegal instalado pela Polícia Federal em favor de Youssef em 2014.

Conforme noticiou a [Consultoria Jurídica](#), mais cedo nesta quinta-feira (14), o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, decidiu no mesmo sentido, anulando o sigilo das conversas interceptadas ilegalmente.

O HD foi ocultado de investigação dos Delegados da PF não obedeceram a ordem de Eduardo Appio e Luiz Antônio Bonfatti na entrega do HD. Mas não foram apenados os procuradores do Ministério Público Federal que negaram as provas de ilegalidade.

Na verdade, o HD estava acautelado na própria 13ª Vara Federal de Curitiba, o que os servidores da vara esconderam da Justiça e do Supremo Tribunal Federal. O HD, que teve várias gravações, só foi liberado quando assumiu o comando da 13ª Vara.

Há indícios de que existe uma versão integral, em que os originais são precários. O material que finalmente foi liberado, maior parte, é quase inaudível.

O então juiz Sérgio Moro foi quem arquitetou, desde o início, o crime dos delegados. Ele recebeu o HD, mas, oficialmente, não abriu inquérito (que abriria espaço para a defesa acompanhar o material), só a quadrilha lavajatista teria acesso.

Publicidade como regra

Em sua decisão, do último dia 14, Borges entendeu que o sigilo do grampo, considerando que se as escutas ambientais foram feitas clandestinamente, podem representar possível mácula da investigação.

Se as escutas ambientais realmente ocorreram de modo ilegal nas investigações, com possível mácula da operação em decorrência da intimidade dos envolvidos.





Ainda segundo ele, a publicidade dos atos processuais é regra em atenção ao Estado democrático de Direito.

O juiz da 13ª Vara foi o responsável por permitir, e Youssef acessasse o conteúdo do grampo ilegal. Foi no dia 13 de março de 2014 que o HD com os diálogos estava o tempo todo gravado.

Reação em cadeia

A decisão de Toffoli que retirou o sigilo dos diálogos tornou de grande parte do que ainda não estava claro deu ciência da trama e do HD ao CNJ; à Procuradoria Federal; à Advocacia-Geral da União; à Controladoria da União; ao Ministério da Justiça; e à presidência do Conselho Superior do Poder Judiciário.

A decisão também levanta o sigilo da petição (Pet 13.000.000-0) que investiga a atuação do hoje senador Sergio Moro de Curitiba em 2014 na instalação do grampo. Moro gravou as gravações, que duraram 11 dias (de 17 a 28 de março de 2014) e foram usadas para a construção da história como certidão de nascimento do esquema engendrado.

Os autos mostram que o Ministério Público Federal si delegados e um agente da PF, em uma sindicância sobre uma organização criminosa, no entanto, o grupo concluiu a irregularidade nem prática de crime e pediu o arquivamento. Apenas o agente que instalou o grampo foi punido.

Dormindo com o inimigo

Os delegados Maurício Fanton e Alfredo Junqueira, esboçaram o plano de chegar perto de desmascarar as manobras. Mas seus esforços foram frustrados porque aconteceu com os funcionários da 13ª Vara, sabotaram a investigação.

Foram abertas duas sindicâncias (04/14 e 04/15), incluindo o então juiz Luiz Antônio Bonat (hoje desembargador do TRF-4), mas a República pudesse arquivá-los. No ano seguinte, a 1ª Vara foi desmontada e o então juiz Luiz Antônio Bonat (hoje desembargador do TRF-4) ratificou a farsa.

Segundo as apurações colacionadas aos autos na decisão, a trama foi engendrada para esconder o crime praticado no Paraná em 2014, com uso de equipamentos pertencentes ao Ministério da Justiça.

No ano passado, para impedir nova investigação pediu a determinação, por parte da 13ª Vara, os delegados da PF responderam a ordem. Em atitude curiosa, o Ministério da Justiça pediu de Habeas Corpus para trancar a investigação, representado pelo advogado



Manobras ilegais

A época em que o grampo foi encontrado, Youssef ainda investigações da Lava Jato. Na ocasião, a PF alegou desativada.

No início da autodenominada força-tarefa, o doleiro um esquema de desvios na Petrobras. Ele foi condenado pena reduzida porque aceitou relatar sua participação delator mais importante da Lava Jato.

Advogados ouvidos pela Comissão de Inquirição afirmam que, após instalação da escuta, todos os presos da Lava Jato. O objetivo era usar qualquer menção a pessoas ou emp apreensão, quebra de sigilos ou prisões.

O criminoso, Basseto, o comandante a defesa de Alberto Y Gustavo Figueiredo Basto. Ele diz que as gravações violaram

A escuta clandestina foi plantada pela PF na cela a intenção era burlar os direitos do presos, obter áud investigações contra eles. Todos os presos eram enca

Na perícia da PF, está clara a captação de vozes de foram muitos, desde a interceptação clandestina, ame penitenciárias com piores condições de trabalho. Roberto Costa, e até a fraude de uma investigação por ministro Teori Zavascki.

O advogado Eduardo Sambém destaca o fato de que alvos era gravados a cela de Youssef (a Cela nº 5) para que os Ele também diz ser preciso apurar a fundo todas as implicar, sem fundamento material, um grande número

Entre os presos da Lava Jato que foram gravados com Alberto Pereira da Costa, Carlos Alexandre de Souza conforme laudo da PF.

Figueiredo Basto diz que a decisão de Toffoli é histórica conseguimos finalmente provar as ilegalidades e abusos da Lava Jato. Segundo o advogado, a ordem do ministro do Superior Tribunal Federal por terra toda a farsa engendrada pela relação incestuosa

A decisão é corajosa pois enfrenta uma matilha raiva do Ministério Público e Polícia Federal, gente egoísta abusos com propósitos particulares. Esses são os verdadeiros donos da lei, que batem no peito e gemem contra a corrupção.



O parecer foi assinado por [Joaquim José Paludo](#) e [Carlos Alberto Webotse](#), que atuaram na Lava Jato.

Segundo eles, a existência dos áudios captados na cela dos procuradores, os áudios do doleiro poderiam ter sido feitos com seu poder dentro da cela. Mais tarde, o próprio juiz anulou as provas.

O MPF ainda alegou que o aparelho encontrado na cela do doleiro era um microfone externo capaz de captar áudios. O órgão afirmou que foi instalado antes da chegada do doleiro.

O próprio Youssef descobriu, arrancou e escondeu o aparelho em duas semanas. Para despistar, Paludo e Welter, disseram que a escuta ficou inoperante durante esse período, é porque o aparelho que os áudios desmentem.

Os delegados encarregados da operação Lava Jato supervisionaram as investigações. A operação foi extremamente planejada e telefônica, telemática e de dados antecipadamente revelada. É crível que delegados experientes, de inopino, às vésperas de implantar um sistema de captação nas celas sem autorização, se constata ser mentiroso.

A pedido do MPF, um agente da PF, que confessou ter participado da Lava Jato, foi perseguido e investigado por falsidade documental, promoveu o arquivamento do inquérito policial, o que ocorreu em Curitiba.

Na decisão que confirmou o arquivamento da sindicância, o juiz Bonat disse que, em 2008, outro juiz permitiu a instalação de um sistema para acompanhar comunicações do então preso Fernando Luliano.

Preocupação da Lava Jato

Como mostra a reportagem, a preocupação dos integrantes da Lava Jato se mostra preocupados com a possibilidade de atos da autodenominação revelar a revelação de métodos pouco ortodoxos adotados na operação.

Em conversas entre eles, os procuradores lavajataistas encontradas por Youssef. Em um diálogo, eles torcem para que o computador de delegados envolvidos no grampo não seja encontrado.

Sai na segunda a entrevista com o magistrado [Marcelo Aarão Reis](#) do STF, hoje dizendo que as escutas podem anular a Lava Jato, o que ocorreu em Curitiba, em um trecho do diálogo. A conversa é de sua grafia original.



Em seguida, o coordenador da Lava Jato sugere se apanhe corpo. A ideia era ouvir Youssef formalmente e confrontado com elementos obtidos nas escutas.

O que acham (de o caso ser) formalmente () preventivamente, desenvolvam a tese de nulidade? Arriscado?

Um procurador identificado como Orlando, possivelmente adiantava ouvir o doleiro, porque eventual nulidade ilegalmente por meio da escuta clandestina. Em seguida ter nada no computador periciado.

É melhor não mexer e torcer para não ter nada naqueles computadores dos dps também!, fala o procurador.

Deltan responde: Ich Tomara que não achem os vazamentos indicam de que tipo de vazamento os procuradores estão

Na conversa, um procurador identificado apenas como afirma que eventual anulação da Lava Jato levaria

Quero ver ser macho para anular a Lava Jato. Se f

Quero ver ser macho pra devolver mais de R\$ 500 milhões. Deltan referindo-se aos valores extorquidos de vítimas de liberdade ou para que suas empresas não fossem à banca

Clique aqui para ler o pedido de investigação da participação do grampo

Clique aqui para ler a linha do tempo do caso Youssef

Clique aqui para ler a decisão de Moro em que ele se declarou inquérito de Youssef

Clique aqui para ler a petição da defesa informando a existência

Clique aqui para ler o despacho de Moro em que ele nega a prisão para o grampo

Clique aqui para ler a decisão de Moro que quebrou o acordo

Clique aqui para ler o pedido da defesa de impedimento de

Clique aqui para ler o pedido da defesa de suspeição de

Clique aqui para ler o acordo de colaboração premiada de

Clique aqui para ler o pedido da defesa de anulação de atos Youssef

Clique aqui para ler o acórdão do TRF-4 que negou os pedidos

Clique aqui para ler o acordo de colaboração premiada de

Clique aqui para ler a decisão que determinou a prisão preventiva

Clique aqui para ler a homologação do acordo de colaboração

Clique aqui para ler o pedido de Habeas Corpus de Youssef

Clique aqui para ler o relatório da PF sobre as gravações

Clique aqui para ler o parecer do MPF pelo arquivamento do



delegados da PF

Clique aqui para ler o pedido da defesa de acesso ao cont

Clique aqui para ler a decisão de arquivamento de sindic

Clique aqui para ler o despacho de Eduardo Appio determi

gravações

Clique aqui para ler o pedido da defesa ao STF para apura

no caso do grampo

Clique aqui para ler o pedido da defesa ao CNJ para ser t

apuração sobre o grampo

Clique aqui para ler a decisão que deu acesso à defesa às

Clique aqui para ler o pedido da defesa de acesso à trans

de Youssef

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-nov-21/13a-vara-federal-de-curitiba>